

EDUCAÇÃO: FORMAR CIDADÃOS CONSCIENTES DO MUNDO E DIRIGENTES DO PRÓPRIO PAÍS¹

Giovanni Semeraro*
gsemeraro07@gmail.com

RESUMO

Partindo da análise de reformas que atingem a educação, impostas pelo governo Temer de forma precipitada e autoritária, este artigo desvenda as suas contradições e mostra o processo de desmonte das políticas sociais e das árduas conquistas democráticas que vem ocorrendo no Brasil nesses últimos meses. Por trás das mudanças veiculadas com a Medida Provisória 746/2016 sobre o Ensino Médio, o artigo revela o projeto mais amplo que pretende subjugar ainda mais o país às chantagens do sistema financeiro e de corporações transnacionais que não têm nenhum compromisso com a população. Mostra, acima de tudo, que a educação não é neutra e resgata aspectos da admirável história político-pedagógica popular que se consolidou no Brasil para formar cidadãos críticos, politicamente comprometidos com as causas da população, conscientes das problemáticas do mundo e orientados a se preparar para dirigir coletiva e democraticamente os destinos do próprio país.

Palavras-chave: reformas educacionais; políticas sociais; cidadãos críticos.

Recentemente, a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 241 – foi capturando as atenções da sociedade induzida a crer, por meio de uma propaganda orquestrada, que o congelamento de gastos públicos por 20 anos, principalmente, em serviços essenciais como saúde e educação, é necessário para evitar a catástrofe no Brasil. Estranhamente, retirar recursos de artérias fundamentais de um corpo social vem sendo apresentado como força propulsora para favorecer a retomada do crescimento econômico e do emprego. De certa forma, seria como engessar as pernas de um jovem em desenvolvimento para poder ser mais livre de andar e correr. Ao contrário disso, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) avalia que, na prática, o corte de investimentos públicos e a redução drástica de recursos em educação e saúde desmonta o conjunto de programas sociais que propiciaram a melhoria de vida de milhões de brasileiros nesses últimos anos. De fato, os estudos desse respeitado Instituto e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), mostram que, até 2036, a implantação da PEC 241 geraria uma perda de 868 bilhões de reais para os programas sociais. Um prato suculento para investidores e rentistas

¹ Texto proferido na Conferência de Abertura do VI ENAED – Encontro Anual de Educação: Políticas Educacionais nos tempos atuais e perspectivas, realizado pelo Curso de Pedagogia da UNEMAT/Sinop, entre os dias 09 a 11 de novembro de 2016.

* Possui Doutorado sanduíche em Filosofia Política na Università degli Studi di Padova/Itália, Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pós-Doutorado na Itália (Universidade de Urbino/Instituto Italiano per gli Studi Filosofici di Napoli). É Professor Titular na Universidade Federal Fluminense. É coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NUFIPE) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa I D do CNPq.

que geram parasitismo e desindustrialização, porque a verdade é que por trás dessa PEC se procura garantir uma crescente arrecadação para guarnecer a dívida pública direcionada a escoar grande parte do trabalho do povo brasileiro para um escandaloso sistema financeiro e o pagamento de juros absurdos, os mais altos do planeta.

Na prática, estamos assistindo não só à extinção de um tímido Estado de bem-estar social, mas do próprio Estado democrático de direito, uma vez que uma decisão dessa envergadura está sendo imposta de forma arbitrária e aprovada às pressas por um plenário da Câmara dos deputados que não representa a grande maioria da população e que não se importa em rasgar a Constituição quando achar conveniente.

Tramada nos bastidores do Palácio, a PEC 241 (hoje, PEC 55, em tramitação no Senado) tornou-se alvo de uma enxurrada de reações indignadas, dentro e fora do país, que não parecem incomodar a marcha do estado de exceção em curso no Brasil. Em entrevista, durante sua recente passagem pelo Brasil, o Prof. Boaventura de Souza Santos definiu a PEC 241 “um escândalo constitucional e político”, um sinal claro do governo para a população não esperar nada do Estado e um recado para o povo não votar na esquerda, uma vez que não poderá cumprir promessas com o orçamento público comprometido.

Mas, enquanto os olhos da maioria estavam voltados para a PEC 241, o governo Temer, fiel a seu estilo conspirador, publicou, em 22 de setembro, a Medida Provisória (MP) 746/2016 que institui novas regras para o Ensino Médio no país, sem discussão com a sociedade e ignorando as propostas apresentadas, há muito tempo, por entidades de professores e pelo Projeto de Lei de 2013, de autoria do deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), que chegou a tramitar na comissão especial sobre o assunto.

Estas e outras reformas, como a trabalhista, a política, a partidária, da Previdência, da Petrobrás e a nova onda de privatizações que municiam o “Salto para o futuro” estão sendo gestadas como ovo da serpente e implementadas a toque de caixa, sem debate público, aproveitando a fragilidade da oposição, a fragmentação das esquerdas e o atordoamento da população angustiada com o aumento do desemprego e o aperto econômico. Servindo-se da mídia empresarial oligopolizada, o governo ilegítimo se desdobra para fazer tudo depressa, antes que chegue o fim de ano e se entre no clima das eleições de 2018. É preciso, de fato, ir preparando o terreno para mais uma farsa eleitoral dominada pelas aparências e por “salvadores da pátria” que provocam as crises e depois as cavalgam para impor políticas de austeridade e extorquir os setores mais vulneráveis da sociedade. Não é um acaso que é particularmente durante esses períodos que aumentam as desigualdades e a concentração da

riqueza nas mãos de uma minoria predadora, como mostra uma fartura de estudos e pesquisas, disponíveis, por exemplo, no relatório anual da Oxfam.

Para manter a imagem de normalidade, o autoritarismo sem farda que vem se consolidando no Brasil com supressão de direitos e rotineiras agressões à democracia, procura se ornamentar com o manto jurídico e a interpretação parcial das leis. Podemos ver, de fato, que a recrudescência da repressão contra a liberdade de manifestação e contra movimentos sociais retratados como baderneiros e inimigos do Estado, acaba de ser fortalecida pela surpreendente decisão, decretada em 28/10/2016, do Supremo Tribunal Federal que cassa o direito de greve do funcionalismo público, um ato que parece encomendado para garantir a PEC 241.

Age da mesma forma a Medida Provisória sobre o Ensino Médio que apresenta-se com a face de um avanço e com a sedutora “novidade” de uma educação integral a ser implantada já em 2017. Conforme o texto, a carga horária mínima para os estudantes do Ensino Médio passaria a ser quase o dobro das atuais 800hs/ano. Uma maravilha, não fosse que essa bondade não está disponível para todos os alunos, pois, além de não haver estruturas e equipamentos adequados, entra em contradição com a PEC 241 que congela os recursos para a educação por um arco de tempo que nos lembra uma época de triste memória!

O ex-ministro da Educação Renato Janine Ribeiro, com base no Censo Escolar que registra 3 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora das salas de aula, observa que “com a manutenção dos gastos no nível atual, como propõe a PEC 241, não será possível fazer essa inclusão, muito menos com professores competentes e bem formados” (*Carta Capital*, 29/10)². Claro, esta contrarreforma nada diz sobre o ritmo alucinado de trabalho dos professores que adoecem precocemente e a remuneração humilhante que mal dá para pagar as contas básicas do mês. Para prevenir contestações, a Medida Provisória aponta para a contratação de “profissionais de notório saber” (o já conhecido “bico” para não habilitados) e elimina, assim, a necessidade de concursos, de planos de carreira, das licenciaturas, a formação específica e a valorização dos trabalhadores do ensino.

A outra pérola da Medida Provisória fica por conta da “flexibilização da grade curricular”, que relega a “caráter optativo” e “de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino”, as já combatidas disciplinas de sociologia, filosofia, história, arte, educação física, música, língua espanhola, cultura afro-brasileira. Uma medida, no mínimo, na contramão dos tempos atuais que exigem

² Disponível em: www.cartacapital.com.br

conhecimentos diversificados, ampla visão, muita capacidade crítica e dialógica para aprender a lidar com um mundo de rápidas transformações e pluralidade de ideias, de realidades complexas e contraditórias.

Mas, a “inovação” mais surpreendente dessa Medida Provisória consiste em apresentar o ensino técnico profissionalizante, com “concessão de certificados de qualificação para o trabalho”, parte integrante da grade do Ensino Médio, e não de maneira complementar como é atualmente. Desta forma, muitos jovens das camadas mais pobres, já sem condições de poder usufruir da escola integral, serão empurrados para o ensino técnico para ter acesso mais cedo ao mercado de trabalho e obter alguma renda para eles e suas famílias empobrecidas. Por trás de uma linguagem velada e uma formulação capciosa, temos, assim, um coquetel nefasto de empobrecimento do currículo, agravamento da precarização dos professores e mercantilização do ensino. Em sintonia com alguns ensaios em curso que entregam a gestão de escolas públicas para as Organizações Sociais (OS), a Medida Provisória incentiva a formar “parcerias” com empresas privadas para que os estudantes “optem” pela carreira profissionalizante e possam ter “experiência prática de trabalho no setor produtivo”. Abre-se, assim, a porta mágica para as empresas economizarem no treinamento de seus funcionários e as universidades privadas capturem recursos federais na oferta de cursos profissionalizantes de curta duração. Golpeia-se, desta forma, o direito à universalização da educação, à gratuidade e qualidade da escola pública e se comprometem também o plano nacional de educação, os planos estaduais e municipais, longamente construídos pelas forças democráticas do país.

Em recente análise divulgada pela internet, Gaudêncio Frigotto, professor familiar nessa universidade, observa que “esta reforma liquida a dura conquista do Ensino Médio como educação básica universal para a grande maioria de jovens e adultos que frequentam a escola pública. Uma agressão frontal à Constituição de 1988 e à Lei de Diretrizes da Educação Nacional que garantem a universalidade do Ensino Médio como etapa final de educação básica”.

Transpirando atitude autocrática e discriminação, esta contrarreforma passa por cima das conquistas consagradas nas leis anteriores (principalmente da LDB 9394/96), dos heroicos esforços dos professores e das inúmeras iniciativas populares voltadas a garantir o ensino público no Brasil e o acesso das classes subalternas à universidade. Em curso também nas universidades públicas, o congelamento já interrompeu obras de modernização e expansão, bloqueia concursos e contratações, corta bolsas e recursos para a pesquisa. Mas, nada disso parece incomodar a “comunidade dos senhores”, porque ao justificar o seu voto favorável à

PEC 241, o deputado federal Nelson Markezelli (PTB-SP) disse abertamente que “quem não tem dinheiro não tem que fazer universidade”, porque o governo não deve gastar dinheiro com o ensino superior.

O quadro, portanto, que está se desenhando nos leva de volta ao triste passado da escola dualista: uma escola pobre para pobres, destinados a trabalhos desqualificados, e uma outra escola, reservada para os filhos das classes privilegiadas, que garante carreiras bem remuneradas e funções de direção na sociedade e no Estado.

Aprisionado pelo fascismo, Gramsci dedica parte dos seus escritos à configuração do novo intelectual no mundo contemporâneo e a uma proposta revolucionária de escola unitária e de educação integral. Ao combater a divisão operada pela reforma imposta pelo regime autoritário de Mussolini que implantava “a escola profissional para as classes instrumentais e a escola clássica para as classes dominantes [...] eternizando as diferenças sociais” (Caderno/Q 12, §1, p. 1531), Gramsci chega a delinear, há mais de 90 anos atrás, a proposta de “uma escola unitária de cultura geral”, “desinteressada”, não imediatista e utilitarista, mas, humanista, formativa, crítica e criativa, capaz de conjugar inseparavelmente teoria e prática, de vincular a escola com os problemas concretos da sociedade e o mundo do trabalho, atendendo assim às expectativas postas pela evolução da história e à emergência do protagonismo das massas populares: uma escola que, unindo inseparavelmente os conhecimentos científicos e as dimensões sócio-políticas, pudesse formar gente “capaz de pensar, estudar, dirigir ou controlar quem dirige”. O sistema escolar que disso deriva tem como objetivo formar os jovens “até se tornarem intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e as funções inerentes ao orgânico desenvolvimento de uma sociedade integral, civilizada e política” (Q 12, §1, p. 1522). Quanta distância da concepção atual de “escola integral”!

De fato, para construir uma sociedade efetivamente democrática - continua argumentando Gramsci - a educação “não pode apenas significar que um operário manual se torne qualificado, mas que todo ‘cidadão’ venha a se tornar ‘governante’ e que a escola o coloque, ainda que abstratamente, nas condições gerais de assim o ser; a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados, garantindo a todo governado a aprendizagem gratuita da capacidade e da preparação técnica geral necessária a esse fim”. Desta forma, conclui no último parágrafo do Caderno 12, é necessário que a formação do novo cidadão passe “da técnica-trabalho à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece ‘especialista’ e não se chega a ser ‘dirigente’ (especialista + político)”. Observando bem, seria esse o espírito da Constituição de 1988 e da LDB 9394/96

quando afirmam que o objetivo da escola é preparar os estudantes para “o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. É preciso ressaltar, no entanto, que Gramsci vincula a concepção de cidadania à qualificação de “dirigente”, para evitar que os governantes se limitem a formatar “cidadãos” meramente funcionais ao mercado e domesticados ao sistema vigente. E, de fato, se a escola não consegue formar seus cidadãos (todos eles) como profissionais críticos, autônomos, responsáveis, socializados e dirigentes do próprio país, fracassa no seu objetivo principal: a construção de uma nação moderna, desenvolvida, livre, solidária, justa e soberana.

Mencionei Gramsci, mas aqui poderíamos elencar uma legião de intelectuais, educadores, lideranças políticas, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, disseminados em todos os recantos do Brasil, que pensam e operam na mesma direção, e que foram criando uma das mais avançadas e fecundas experiências pedagógicas com sua inteligência, criatividade, abnegação e paixão. É esse imenso patrimônio, referência mundial, que está sendo afrontado e desmontado por um grupo de oportunistas e mercenários.

Na minha visão, aqui está o epicentro da crise em curso no Brasil, a raiz do doloroso drama e da travessia perigosa que estamos vivendo nesse mar turbulento de acirradas contradições. De um lado, há uma população crescente que reclama não apenas seus direitos básicos, mas reivindica a prerrogativa fundamental de sua soberania, a sua titularidade do poder originário que confere efetivamente o mandato a seus representantes tanto no Congresso como na magistratura, e exige, portanto, o protagonismo político e a socialização do poder econômico e cultural, de modo a expressar permanentemente suas decisões democráticas e determinar os destinos do próprio país. E, por outro lado, temos um sistema político arcaico, estruturas econômicas e produtivas monopolizadas e uma mídia narcotizante – ainda que tecnologicamente avançadas –, conduzidas por uma oligarquia mesquinha e corporações predadoras que permaneceram na era pré-moderna, quer dizer, continuam organizadas em modo feudal, blindadas em seus bunkers, cercadas de segredos, de seguranças e especialistas em artimanhas, que atuam de forma autocrática, centralizadora e arrogante, que depredam a natureza e vendem o país para empresas estrangeiras, reprimem e ameaçam os trabalhadores, evadem divisas, esvaziam a Constituição, corrompem políticos e se apropriam do aparelho do Estado. O modelo da Casa Grande e Senzala, marcado a ferro e fogo na carne viva da população, ainda toma conta do Brasil. “Não há reforma – repetia sem cansar Florestan Fernandes – que concilie uma minoria prepotente a uma maioria desvalida” (1980, 245).

Tornou-se, de fato, lugar comum recriminar as migalhas destinadas ao bolsa-família e a alguns programas sociais, mas nada se diz das quantias astronômicas concedidas ao bolsa-empresários, ao bolsa-mídia e ao bolsa-elite. Sem entrar nos meandros das bilionárias verbas oficiais entregues sem compromisso a esses setores corporativos, trago aqui, a título de exemplo, um levantamento recente da jornalista Conceição Leme, que mostra como, entre 2003 e 2014, o Estado de SP gastou sem licitação 155,5 milhões de reais em assinatura dos jornais *Folha de SP*, *O Estado de SP*, das *Revistas Veja*, *Época* e *IstoÉ*. Essas produções “de alto nível” foram enviadas a bibliotecas públicas e escolas com a justificativa de serem “fontes de boa informação e educação”.

Nada disso é divulgado pela mídia servil e nunca se ouve panelaço sobre esse sistema em vigor há 500 anos, a verdadeira raiz de toda a corrupção que gangrena o Brasil. Bastaria um pouco de atenção para perceber que, por trás do estardalhaço midiático que focaliza casos selecionados, o que está sendo revelado de corrupção deixa claro que, em sua esmagadora maioria, os envolvidos nesses processos pertencem a empresários e operadores de negócios que sempre estiveram mancomunados com bancos, paraísos fiscais, mídia corporativa, juízes omissos, instituições e políticos de ininterruptos governos das classes dominantes.

A manutenção dessa situação foi construída e encoberta com o mito do “homem cordial”, a narrativa da harmonia das classes e a conciliação das contradições, com o silenciamento e a desinformação das massas populares, tratadas como rebanho no trabalho, na escola e na diuturna disneilândia televisiva. As nossas crianças e jovens sabem tudo sobre pokémons, Harry Potter, dinossauros, Xuxa, Faustão, astros do cinema americano e do futebol internacional, técnicas de esquartejamento e sexo animal, sobre os Trumps e a imensa quinquilharia despejada ininterruptamente nos meios de comunicação, mas ignoram a situação concreta do próprio país, a realidade da nossa população, das imensas periferias abandonadas, dos brasileiros esfolados em seu trabalho, das razões que originam a violência, das causas que asfixiam as cidades e envenenam o ar, a terra e as águas. Não se questionam sobre as mensalidades caras das escolas privadas e dos planos de saúde, dos tributos que se pagam não só quando se compra carro, tênis e celular, mas vestuário e comida do dia a dia. Quantas escolas no Brasil se dedicam a pesquisar e preparar os estudantes para compreender como está organizado social-política e economicamente o país e como funciona efetivamente em suas artérias fundamentais, para estudar os candentes problemas nacionais, as questões cruciais da própria região e cidade? Quantos alunos sabem como é constituído de fato o sistema de poder, como agem as corporações para impor suas decisões sobre o país, como é estruturada a economia, os mecanismos dos juros, da dívida pública, os gastos prioritários do governo, para

onde são escoadas as riquezas produzidas pelo trabalho coletivo e porque o Brasil é um dos países mais desiguais e violentos do mundo?

A concentração inaudita de riquezas não é só uma depravação doentia, mas tem o objetivo claro de financiar campanhas, alimentar a indústria da guerra, instaurar o Estado policial, subsidiar a espionagem e as organizações voltadas a minar as insurgências populares e as lutas pela democratização da política, da economia e da cultura. Até vozes insuspeitas como a de H. Arendt sustentam que a expansão da riqueza da burguesia precisa de um crescente aparelho de controle e de “uma estrutura política com um poder tão ‘ilimitado’ que possa proteger a propriedade privada que veio aumentando sem parar sua potência” (1982, p. 43).

A esterilização da liberdade, do pluralismo de ideias, da criatividade, da informação transparente e do debate público que ocorre nos meios de comunicação e nos espaços estratégicos açambarcados pelas classes dominantes, está por trás da proposta delirante “Escola sem partido” (ou lei da mordaza), repudiada por estudantes e professores atentos que percebem que “quem nos quer calar quer impor sua ideologia”. Neste sentido, Alexandre Frota, aos segredos do gabinete do Ministro da Educação, à doutrinação de muitos pastores, aos “nobres” projetos filantrópicos de empresários e à onipresente educadora da rede Globo, prefiro a “utopia” e a construção do “inédito viável” de Freire, hoje novamente execrado e exilado pelo obscurantismo e o fascismo que se abate no Brasil. “Quem age sobre os homens e os doutrina para adaptá-los a uma realidade que deve ser mantida imutável, são os dominadores”, escrevia Freire (1970, p. 99) na *Pedagogia do oprimido*, durante os tenebrosos anos de ditadura.

Diversamente de muitas badaladas teorias educativas, inclusive do pragmatismo americano ao qual se associa facilmente e superficialmente seu o pensamento, Freire defendeu abertamente até os últimos escritos a dimensão política da educação, desmascarando os perigos da falsa neutralidade. Leia-se, por exemplo, parte da sua experiência viva narrada na *Pedagogia da autonomia*: “Creio que nunca precisou o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Desse ponto de vista, que é reacionário, o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se *treinam* os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra. Minha presença de professor, que não pode passar despercebida dos alunos na classe e na escola, é uma presença em si política. Enquanto presença não posso ser uma *omissão*, mas um sujeito de *opções*. Devo revelar aos alunos a minha capacidade de analisar, de comparar, de avaliar,

de decidir, de optar, de romper. Minha capacidade de fazer justiça, de não falhar à verdade. Ético, por isso mesmo, tem que ser o meu testemunho” (1996, p. 109-110).

Conviria reler por inteiro esse precioso testamento de Freire, escrito há quase 20 anos, pouco antes de vir a falecer em 1997, e que resume a insistente convicção repetida em seus escritos: “a educação é uma forma de intervenção no mundo”, portanto, “é impossível negar seja a natureza política do processo educativo seja o caráter educativo do ato político”. Estas afirmações não são um caso isolado, se levarmos em conta que muitos autores dizem algo parecido. Foucault (1996, p. 44), por exemplo, sustenta que “todo sistema de educação é um modo político de manter ou modificar a apropriação dos discursos com os saberes e os poderes que carregam dentro de si”. E algumas décadas antes, Gramsci escrevia repetidamente que, uma vez que educação e política são inseparáveis, “se pode mostrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são fato político em si mesmo” (Q 11, §12, p. 1379).

E, na verdade, quando se estuda atentamente a história humana, desde os chineses, as civilizações pré-colombianas e africanas, a *paideia* grega e romana, a história da Igreja, a modernidade e até os “impolíticos” pós-modernos e os atuais intelectuais da incerteza e do relativismo, política e educação, explicitamente ou não, sempre estiveram juntas. Tanto mais, hoje, no mundo altamente tecnológico e virtual, efêmero e descartável, quando essa relação passou a ganhar altos níveis de sofisticação que precisa aprender a analisar e desmascarar democraticamente na escola cidadã.

As investidas, portanto, dos nossos competentes e ilibados governantes, dos grupos e personagens elencados entre os mais ricos do mundo na Revista Forbes e das instituições “filantrópicas” que hoje se dedicam a “colocar o Brasil nos trilhos”... da escola dualista e do esvaziamento da educação, possuem uma evidente intenção política e um indisfarçável projeto anti-democrático, anti-nacional e anti-popular de país. A pior política, na verdade, é aquela que se apresenta como impolítica e retira os direitos invioláveis de um povo, fato muito mais grave de qualquer caso de corrupção!

Além dessas considerações, há um aspecto ainda mais inquietante na conjuntura sinistra que vem se desenhando no Brasil. Até algum tempo atrás a dominação das classes subalternas era obtida com a repressão direta, com rigorosos controles no trabalho, na vida familiar e social, por meio de uma disciplina de quartel, com castigos e ostracismo. Mas, hoje, a estratégia da dominação do capital é outra, mais sutil e velada. É conduzida de forma invisível, sub-reptícia e molecular, incutida por trás da aparência de liberdade e oportunidades de inclusão. Com essa técnica, primeiro se debilitam as expectativas das massas populares e

dos jovens mais vulneráveis com o desemprego, a precarização, a cultura do vazio, o entretenimento estúpido e a despolitização, a desqualificação, a depressão e a solidão. E, em seguida, se encaminha a massa desvalida para os cuidados da polícia, os milagres das igrejas, ONGs e “exército da salvação” que estão tomando conta do Congresso e de muitas prefeituras. Ultimamente, de fato, ficou mais visível como a aliança que ocorre no Brasil entre o neoliberalismo, o Estado policial, o assistencialismo e o fundamentalismo religioso, tornou-se um coquetel que conjuga gana de sucesso e competição com repressão e fanatismo religioso, teologia da prosperidade e moralismo retrógrado. No longínquo 1921, W. Benjamin escreveu um fragmento de 3 páginas, inédito até 1985, sobre “Capitalismo como religião” (disponível na internet), onde mostra como o sistema totalitário do capitalismo substitui a função da religião com o culto permanente do utilitarismo e do consumismo, criando adoradores que substituem as imagens sagradas com as notas dos bancos (veja-se, por exemplo, *in god we trust* no dólar americano) e incutindo senso de culpa e desespero em quem não consegue obter a celebração do sucesso. É, no mínimo, muito estranho que um sistema que adora a estátua da liberdade propague pelo mundo afora que “não há alternativas”.

A situação que hoje, portanto, está se criando no Brasil é mais difícil e complexa que a instaurada pela própria ditadura militar. Mas, não quero deixar ninguém deprimido, porque o que me anima a continuar nossas batalhas é ver que as lutas pelo árduo processo de democratização contam não apenas com partidos, sindicatos e organizações da sociedade civil, mas com a insurgência dos estudantes em todo o país, a incansável atuação dos movimentos sociais, as audaciosas fermentações nas periferias, a atuação crítica e a dedicação de muitos educadores e intelectuais que estreitam vínculos com esses setores e com as mobilizações que não se limitam a reclamar nas redes sociais, mas, ocupam escolas, praças, rodovias, irrompem nas câmaras municipais e estaduais, no Congresso, nos prédios públicos, nas terras incultas, como a dizer que a cidade, as instituições, o sistema financeiro, os aparelhos do Estado, os instrumentos de comunicação, o território, o país, afinal, é de todos, que as decisões sobre os bens comuns e as riquezas da nação precisam passar pelo debate público, o consenso popular e a construção de uma efetiva democracia.

Na luta de classe que vem se acirrando, os levantes com o slogan “Occupy” e “99% x 1%”, disseminados pelo mundo, inclusive nos países centrais, são um símbolo expressivo da configuração das lutas do século XXI. Diante de um planeta golpeado de morte e em acelerada marcha para o abismo conduzido por uma ensandecida minoria que concentra cada vez mais riquezas e as decisões sobre os destinos do mundo, esse gigantesco movimento

mundial sinaliza a crescente consciência de massas populares que reivindicam o protagonismo político e a reapropriação da sua soberania.

Concluo, evocando mais uma vez Freire: “Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou essa aberração: a miséria na fartura” (1996, p. 115). Contra essa monstruosidade e pela criação de uma nova civilização, a nossa história, árdua e fascinante, continua.

EDUCATION: FORMING CONSCIOUS CITIZENS OF THE WORLD AND LEADERS OF THE OWN COUNTRY

ABSTRACT

This article reveals its contradictions and shows the process of dismantling social policies and the arduous democratic achievements that have been occurring in Brazil in recent months, starting from the analysis of reforms that reach education, imposed by the Temer government in a hasty and authoritarian way. Behind the changes conveyed with Provisional Measure 746/2016 on High School, the article reveals the broader project that intends to further subdue the country to the blackmail of the financial system and transnational corporations that have no commitment to the population. Above all, it shows that education is not neutral and rescues aspects of the admirable political-pedagogical popular history that has consolidated in Brazil to form critical citizens, politically committed to the causes of the population, aware of the problems of the world and oriented to prepare to govern collectively and democratically the destinies of the own country.

Keywords: educational reforms; social politics; critical citizens.

REFERÊNCIAS

ARENDR, H. **L' imperialisme**. Paris: Seuil, 1982.

FERNANDES, F. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1980.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1970.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Recebido em 09 de novembro de 2016. Aprovado em 10 de dezembro de 2016.